

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

THIAGO DOS SANTOS

GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA DOS REGIMES PRÓPRIOS DE
PREVIDÊNCIA SOCIAL: TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL

CURITIBA

2019

THIAGO DOS SANTOS

GESTÃO DEMOCRÁTICA E PARTICIPATIVA DOS REGIMES PRÓPRIOS DE
PREVIDÊNCIA SOCIAL: TRANSPARÊNCIA E CONTROLE SOCIAL

Projeto Técnico apresentado ao Curso de Pós-graduação Lato Sensu e, Gestão Pública Municipal, Setor de Ciências Sociais Aplicadas, Universidade Federal do Paraná como requisito parcial à obtenção do título de Especialista em Gestão Pública Municipal.

Orientador: Prof. Me. Luciano A. Souza

CURITIBA

2019

Dedico à Luciana, amor da minha vida, cuja parceria, carinho e cuidado foram essenciais para eu estar neste curso e concluir este trabalho.

AGRADECIMENTOS

Ao meu tutor e orientador, Prof. Me. Luciano A. Souza, pelo acompanhamento durante todo o curso, sempre me apoiando e fornecendo ferramentas o meu crescimento.

À Universidade Federal do Paraná, através do Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal, na pessoa de sua coordenadora Prof^a. Dr^a. Fernanda Salvador Alves, pela excelente qualidade do curso e dedicação dos professores.

Aos colegas do curso, por todo o conhecimento que adquiri nas discussões ocorridas nos fóruns virtuais e nas aulas presenciais, desejo muito sucesso a vocês.

RESUMO

O presente projeto técnico refere-se à verificação de como estão sendo disponibilizados os dados referentes às receitas, despesas e investimentos do Regime Próprio de Previdência Social - RPPS do município de Rio Negrinho/SC. Foi utilizada a metodologia de diagnóstico da situação com técnicas de coleta de dados como a observação e pesquisa documental. Foi realizado um levantamento na literatura especializada nas áreas de gestão pública, previdência pública e transparência pública. A partir do levantamento da literatura e análise dos dados coletados que considerou relatórios fiscais e financeiros da instituição, disponibilizados nos portais eletrônicos no período de dezembro de 2018 a janeiro de 2019, observou-se que há carência de informações para o acompanhamento e fiscalização por parte da sociedade quanto as receitas, despesas e investimentos do RPPS. Assim, o presente trabalho propôs um modelo de boletim informativo mensal com linguagem simples para melhor entendimento e acompanhamento das receitas, despesas e investimentos por qualquer cidadão interessado.

Palavras-chave: Gestão pública. Previdência pública. Transparência pública.

ABSTRACT

The present technical project refers to the verification of how the data on the revenues, expenses and investments of the retirement system for public servants (RPPS) in the city of Rio Negrinho / SC are being made available. The methodology of diagnosis of the situation was used with data collection techniques such as observation and documentary research. A survey was carried out in the specialized literature in the areas of public management, public social security system and public transparency. From the survey of the literature and analysis of the data collected that considered fiscal and financial reports of the institution, made available in the electronic portals from December 2018 to January 2019, it was observed that there is a lack of information for the monitoring and inspection by the company of the revenues, expenses and investments of the RPPS. Thus, the present work proposed a model of monthly newsletter with simple language for better understanding and monitoring of revenues, expenses and investments by any interested citizen.

Keywords: Public management. Public social security system. Public transparency.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

QUADRO 1 - DIAGNÓSTICO INICIAL DE PROBLEMAS.....	23
QUADRO 2 - PLANEJAMENTO DE SITUAÇÕES PARA A IPRERIO	31
FIGURA 1- FLUXOGRAMA EXPLICATIVO PARA A SITUAÇÃO-PROBLEMA.....	24
FIGURA 2- CONTEÚDO PARCIAL DE UMA PRESTAÇÃO DE CONTAS	26
GRÁFICO 1 - EVOLUÇÃO DO SALDO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS DO IPRERIO – 2017/2018.....	29

LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - COMPARATIVO DE VALORES ORÇADOS E ARRECADADOS DE RECEITA DO IPRERIO – 2017	26
TABELA 2 - DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS DO IPRERIO – 2017	27
TABELA 3 - EVOLUÇÃO DO SALDO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS DO IPRERIO – 2017/2018.....	28

LISTA DE SIGLAS

CRP	– Certificado de Regularidade Previdenciária
IDH	– Índice de Desenvolvimento Humano
INSS	– Instituto Nacional de Seguridade Social
IPRERIO	– Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Rio Negrinho
LAI	– Lei de Acesso a Informação
LRF	– Lei de Responsabilidade Fiscal
MDS	– Metodologia de Diagnóstico de Situações
MPS	– Metodologia de Planejamento de Situações
PIB	– Produto Interno Bruto
RGPS	– Regime Geral de Previdência Social
RPPS	– Regime Próprio de Previdência Social

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	11
1.1	APRESENTAÇÃO.....	11
1.2	OBJETIVO GERAL.....	11
1.3	OBJETIVOS ESPECÍFICOS.....	11
1.4	JUSTIFICATIVA.....	12
1.5	ESTRUTURA DO PROJETO TÉCNICO.....	13
2	REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	14
2.1	GESTÃO PÚBLICA.....	14
2.1.1	Estado.....	14
2.1.2	Governo.....	14
2.1.3	Administração Pública.....	15
2.1.4	Gestão Pública.....	16
2.2	PREVIDÊNCIA PÚBLICA.....	16
2.3	TRANSPARÊNCIA PÚBLICA.....	17
3	DIAGNÓSTICO E DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA.....	20
3.1	DESCRIÇÃO GERAL DA ORGANIZAÇÃO.....	20
3.2	DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA.....	22
4	PROPOSTA TÉCNICA PARA SOLUÇÃO DA SITUAÇÃO- PROBLEMA.....	30
4.1	PROPOSTA DE BOLETIM INFORMATIVO.....	30
5	CONCLUSÃO.....	32
5.1	CONSIDERAÇÕES FINAIS DA PROPOSTA DO PROJETO TÉCNICO.....	32
5.2	SUGESTÃO DE TRABALHOS FUTUROS.....	34
	REFERÊNCIAS.....	35
	APÊNDICE 1 – MODELO DE BOLETIM INFORMATIVO.....	38
	ANEXO 1 – BOLETIM INFORMATIVO IPRERIO AGOSTO/2016.....	39

1 INTRODUÇÃO

1.1 APRESENTAÇÃO

O presente trabalho procurou verificar como estão sendo disponibilizados os dados referentes às receitas, despesas e investimentos do Regime Próprio de Previdência Social do município de Rio Negrinho/SC.

Para tratar deste tema será utilizada a Metodologia de Diagnóstico de Situação - MDS para caracterizar a situação-problema. Após a caracterização do problema, será aplicada a Metodologia de Planejamento de Situação - MPS. Da mesma forma que a MDS se dedica a elucidar os momentos descritivo e explicativo do tratamento de uma situação-problema, a MPS o faz em relação ao momento normativo (DAGNINO, 2014).

E após a coleta e análise de dados foi possível elaborar um modelo de boletim informativo com dados referentes às receitas, despesas e investimentos do Regime Próprio de Previdência Social do município de Rio Negrinho/SC visando proporcionar maior transparência e controle social.

1.2 OBJETIVO GERAL

O principal objetivo deste trabalho é proporcionar maior transparência e controle social das operações financeiras relacionadas ao regime próprio de previdência social - RPPS, instituído no município de Rio Negrinho/SC.

1.3 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Este trabalho apresenta os seguintes objetivos específicos:

- a) Diagnosticar os atuais canais de publicização com informações referentes às operações financeiras e contábeis do Instituto de Previdência dos Servidores do município de Rio Negrinho - IPRERIO.
- b) Dar maior transparência e visibilidade às operações financeiras e contábeis do IPRERIO.

- c) Propor alternativas para o aprimoramento dos canais de publicização (Portal da Transparência e/ou Boletins Periódicos) das informações relativas às operações financeiras e contábeis do IPRERIO.

1.4 JUSTIFICATIVA

No Brasil, a previdência pública divide-se em Regime Geral de Previdência Social - RGPS, cujo regime segue os ditames do Ministério da Previdência Social com gestão do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, e os Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS, onde o regime de trabalho é estatutário (REIS, 2015).

Segundo a Lei 9.717 (BRASIL, 1998), os Fundos de Previdência Social podem ser Federais, Estaduais, Municipais e do Distrito Federal, e são responsáveis, em sua totalidade, de todo o aparato legal, desde o pagamento das aposentadorias até pensões e auxílio doença. (REIS, 2015).

A garantia do pagamento das aposentadorias das próximas gerações de servidores públicos depende da adoção de melhores práticas de gestão que garantam maior controle e transparência dos recursos dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS (SANTOS, 2016).

O RPPS deve disponibilizar ao público, inclusive por meio de rede pública de transmissão de dados (internet), informações atualizadas sobre as receitas e despesas do respectivo regime, bem como os critérios e parâmetros adotados para garantir o seu equilíbrio financeiro e atuarial (AMAZONAS, s/d).

Dar maior visibilidade deste segmento pode contribuir para mitigar o risco de gestão e risco sistêmico trazido pela crise fiscal pela qual passa todo o Estado Brasileiro. Neste contexto, as reservas financeiras relativas aos recursos destinados ao pagamento de aposentadorias devem ser protegidas do desvio de finalidade, da má gestão ou de fraudes (SANTOS, 2016).

Um portal da transparência e/ou boletins periódicos a serem elaborados pela unidade gestora do RPPS, proporcionará publicidade, a qualquer cidadão, das operações financeiras e contábeis do IPRERIO. Estas informações devem ter linguagem popular para facilitar o entendimento dos servidores públicos e/ou qualquer cidadão interessado.

Com a melhoria da publicização das informações financeiras e contábeis do Fundo de Previdência, a Prefeitura Municipal de Rio Negrinho e o IPRERIO estarão atendendo aos dispositivos legais, transparência das informações e controle social, além de oportunizar melhoria e agilidade na prestação de contas aos diversos órgãos de controle.

1.5 ESTRUTURA DO PROJETO TÉCNICO

Este projeto técnico está organizado em cinco capítulos descritos a seguir:

- a) O capítulo 1 aborda o problema de pesquisa, o objetivo geral e específicos e a justificativa.
- b) O capítulo 2 apresenta uma revisão bibliográfica dos conceitos de gestão pública, previdência pública e transparência pública.
- c) O capítulo 3 descreve sobre a metodologia para diagnóstico e descrição da situação-problema.
- d) O capítulo 4 irá apresentar a proposta técnica para solução da situação-problema.
- e) O capítulo 5 irá tratar das conclusões finais e serão apresentadas recomendações para trabalhos futuros.

2 REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

O capítulo 1 apresentou as diretrizes básicas para a realização desse projeto técnico por meio da caracterização do problema, objetivos e justificativa, pressupostos e estrutura do trabalho.

O presente capítulo abordará inicialmente os conceitos sobre gestão pública, previdência pública e transparência pública. Esses temas são considerados relevantes e essenciais para a compressão do trabalho pois a situação-problema descrita será a forma como são disponibilizadas as informações referentes às operações financeiras relacionadas ao RPPS do município de Rio Negrinho/SC.

2.1 GESTÃO PÚBLICA

De acordo com SANTOS (2015), para caracterizar gestão pública é necessário entender os conceitos de estado, governo, administração pública e gestão pública. Estes termos andam juntos e, muitas vezes, são confundidos.

2.1.1 Estado

Estado é a entidade político-social juridicamente organizada para executar os objetivos da soberania nacional. O Estado Constitucional de Direito assenta-se na ideia de unidade, uma vez que o poder estatal é uno e indivisível, e há órgãos estatais cujos agentes políticos têm a missão precípua de exercerem atos de soberania (SANTOS, 2015).

A Constituição Federal Brasileira de 1988 atribuiu as funções estatais de soberania aos três poderes do Estado: Legislativo, Executivo e Judiciário, dando a eles autoridade soberana do Estado e garantindo-lhes autonomia e independência dentro de uma visão harmônica (SANTOS, 2015).

2.1.2 Governo

No sentido institucional, governo é o conjunto de poderes e órgãos constitucionais. No sentido funcional, governo é o complexo de funções estatais

básicas. E no sentido operacional, governo é a condução política dos negócios públicos (SANTOS, 2015).

Na verdade, o governo ora se identifica com os poderes e órgãos supremos do Estado, ora se apresenta nas funções originárias desses poderes e órgãos como manifestação de soberania (SANTOS, 2015).

2.1.3 Administração Pública

A administração pública, no sentido institucional, é o conjunto de órgãos instituídos para consecução dos objetivos do governo. No sentido funcional, a administração pública é o conjunto das funções necessárias aos serviços públicos em geral. E no sentido operacional, administração pública é o desempenho perene e sistemático, legal e técnico dos serviços próprios do Estado ou por ele assumido (SANTOS, 2015).

Os princípios da administração pública são fundamentais, pois inspiram a forma como a administração deve agir e estão expressos na Constituição Federal (SANTOS, 2015):

- a) Princípio da Legalidade: “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude da lei”.
- b) Princípio da Moralidade: dispõe a conduta do administrador, pois deverá seguir de forma ética e profissional.
- c) Princípio da Publicidade: divide-se em dois sentidos e deve ocorrer a publicação oficial dos atos administrativos para que possam produzir efeitos (publicação no Diário Oficial ou por Edital). O segundo sentido inerente a este princípio refere-se à obrigação da administração demonstrar total transparência à atividade administrativa.
- d) Princípio da Eficiência: é obrigação do funcionário público de prestar suas atividades com presteza, perfeição e rendimento em suas funções.
- e) Princípio da Impessoalidade: a administração deve estar em constante observação ao interesse público, não ao privado.

2.1.4 Gestão Pública

Gestão pública é o planejamento, a organização, a direção e o controle dos bens e interesses públicos, agindo de acordo com os princípios administrativos, visando ao bem comum por meio de seus modelos delimitados no tempo e no espaço (SANTOS, 2015).

A gestão pública é a mesma atividade administrativa vinculada à lei ou à norma técnica e à política, realizando funções administrativas em determinado período de tempo e espaço (SANTOS, 2015).

Em outra perspectiva, a gestão pública sugere que os objetivos, a estrutura e as políticas organizacionais emergem de um processo contínuo de negociação entre os vários grupos de interesse, e a visão política indica que o exercício do poder é algo dentro de uma disputa organizacional. No entanto, não há garantia de que aqueles que recebem poder vão usá-lo de forma inteligente ou com justiça para obter sucesso (SANTOS, 2015).

Os fins da gestão pública resumem-se em um único objetivo: o bem comum da coletividade administrada. Toda a atividade do gestor público deve ser orientada para esse objetivo (SANTOS, 2015).

2.2 PREVIDÊNCIA PÚBLICA

No Brasil, a previdência pública divide-se em Regime Geral de Previdência Social - RGPS, cujo regime segue os ditames do Ministério da Previdência Social com gestão do Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS, e os Regimes Próprios de Previdência Social - RPPS, onde o regime de trabalho é estatutário (REIS, 2015).

A Constituição Federal de 1988 possibilitou aos entes públicos (União, Distrito Federal, Estados e Municípios) instituírem um sistema próprio previdenciário para seus servidores. As regras gerais para organização e funcionamento dos RPPS surgiram somente após dez anos da sua promulgação com a edição da Lei 9.717, de 27 de novembro de 1998, seguida da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998 (MELO, et al., 2017).

De acordo com a Constituição Federal, o RPPS é um sistema de previdência, estabelecido no âmbito de cada ente federativo, ou seja, federal, estadual ou

municipal que assegure, por lei, a todos os servidores titulares de cargo efetivo, pelo menos os benefícios de aposentadoria e pensão por morte (SACILOTO, 2012).

São intitulados de Regimes Próprios porque cada ente público da Federação (União, Estados, Distrito Federal e Municípios) pode ter o seu, cuja finalidade é organizar a previdência dos servidores públicos titulares de cargo efetivo, tanto daqueles em atividade, como daqueles já aposentados e também dos pensionistas, cujos benefícios estejam sendo pagos pelo ente estatal (SACILOTO, 2012).

Na estrutura da administração pública, um tipo de entidade possui uma característica bem específica, a de receber aportes financeiros tanto do município quanto de seus servidores, essa entidade é denominada de instituto de previdência próprio. Este tipo de instituto é o responsável por receber e gerir os recursos provenientes do erário público e daqueles que contribuem para uma futura aposentadoria (FREIRE, et al, 2016).

O objetivo dos institutos de previdência consiste em administrar a poupança previdenciária dos contribuintes, bem como pagar os benefícios previdenciários conforme estabelecido em lei. Cada ente deve estabelecer mecanismos de controle interno para melhor avaliar, mensurar, controlar e gerenciar os riscos inerentes as suas atividades, evitando perdas futuras (FREIRE, et al. 2016).

Diante da sua missão o RPPS deve garantir o pagamento dos benefícios previstos constitucionalmente para isso deve contar com a utilização de mecanismos de controle eficazes, que minimizem e eliminem os erros existentes. São esses controles que possibilitam a viabilidade do RPPS (MELO, et al., 2017).

O objetivo final do RPPS é manter o equilíbrio para garantir os benefícios aos servidores dele dependentes, dessa forma gera poupança que contribui para a economia do País. Para isso é necessário que seja conduzido por uma política social, ativa e operante, visando atingir sua finalidade que é a proteção social (SACILOTO, 2012).

2.3 TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

No Brasil, a transparência pública constitui-se direito do cidadão e dever da Administração Pública. Uma poderosa ferramenta que permite ampla divulgação das informações financeiras das entidades públicas é a internet. A utilização da internet

como ferramenta para aumentar a transparência das informações financeiras parece ir ao encontro das aspirações de seus usuários (LEITE FILHO, et al, 2014).

A lei que regulamenta o direito previsto na Constituição, de que qualquer pessoa poderá requisitar junto a órgãos ou entidades públicas, de todos os entes e Poderes, informações que por eles são produzidas e custeadas é a Lei nº 12.527/2011 (BRASIL, 2011) conhecida como Lei de Acesso a Informação - LAI. A LAI é um marco no que diz respeito a acesso a informação, foi a partir dela que se possibilitou o atendimento da demanda dos cidadãos e obrigou as instituições públicas a fornecerem os dados por ele solicitados, pois nesta lei estão as regras e exceções, onde a publicidade passou a ser a regra e o sigilo de informações a exceção (SOARES, 2016).

A Lei Complementar nº 101, Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF promoveu a transparência dos gastos públicos, exigindo o detalhamento das finanças apresentadas ao Tribunal de Contas, incluindo os orçamentos, planos e lei de diretrizes orçamentárias, prestações de contas, relatório resumido da execução orçamentária, determinando que todas as informações sejam divulgadas para a sociedade (FREIRE, et al. 2016).

A transparência na publicação da prestação de contas permite à sociedade acompanhar como a administração pública aplica seus recursos, bem como opinar e questionar determinadas ações dos gestores (FREIRE, et al. 2016).

O princípio da transparência é considerado fator fundamental para o efetivo desenvolvimento das democracias modernas, uma vez que possibilita o acesso às informações por parte da população, permitindo a participação dos mesmos no controle da gestão pública (FREIRE, et al. 2016).

Sendo assim, os Institutos de Previdência estão obrigados a prestar contas dos seus atos perante a sociedade de forma clara e concisa permitindo que a população acompanhe onde os gestores estão investindo os recursos, bem como opinar e questionar determinadas ações (FREIRE, et al. 2016).

O órgão público poderá também adotar uma posição proativa na demonstração das informações, ou seja, quando o próprio órgão por iniciativa própria coloca a disposição informações independentemente de requerimento, utilizando principalmente a internet para isso, pois além de facilitar o acesso, se reduz custos e evita-se o acúmulo de pedidos sobre assuntos semelhantes (SOARES, 2016).

O objetivo de um portal da transparência é apresentar como uma gestão voltada para a participação popular pode trazer mais segurança aos cidadãos representados pelo legislativo, já que o próprio governo brasileiro acredita que a transparência é o melhor antídoto contra corrupção. Com a possibilidade da verificação em tempo real das despesas e receitas do poder público, possibilita uma maior fiscalização da população, para assegurar a boa e correta aplicação dos recursos públicos (FURLAN, 2014).

A transparência é mais um mecanismo indutor que os gestores públicos podem se utilizar e permite que a sociedade, com informações, colabore com o controle das ações de seus governantes, no intuito de checar se os recursos públicos estão sendo usados como deveriam (FURLAN, 2014).

No entanto, ressalta-se que dar publicidade não significa necessariamente ser transparente. É necessário que as informações disponibilizadas sejam capazes de comunicar o real sentido que expressam, de modo a não parecerem enganosas (CRUZ, et al., 2011).

3 DIAGNÓSTICO E DESCRIÇÃO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA

O capítulo 2 apresentou a revisão bibliográfica sobre os conceitos sobre gestão pública, previdência pública e transparência pública. O presente capítulo apresenta a descrição da organização e o diagnóstico da situação-problema.

3.1 DESCRIÇÃO GERAL DA ORGANIZAÇÃO

O município de Rio Negrinho/SC situa-se na região norte de Santa Catarina, com área territorial de 907,311 km², população estimada de 42.106 pessoas em 2018, Índice de Desenvolvimento Humano – IDH de 0,738 em 2010 e Produto Interno Bruto (PIB) per capita de R\$ 23.848,09 em 2016 (IBGE, 2018).

No início, o território de Rio Negrinho pertencia ao município de São Bento do Sul, até sua emancipação política em 1953. A economia de Rio Negrinho desenvolveu-se fortemente com base na indústria moveleira, impulsionada pela fábrica de móveis CIMO, que chegou ser considerada a maior indústria moveleira da América Latina. Atualmente, ainda é expressiva a produção de móveis e artefatos de madeiras no município, entretanto, já existem outros ramos de atividades, como a produção de papel e papelão, cerâmica, alimentos, confecções, tintas e vernizes, entre outros (RIO NEGRINHO, 2015).

Segundo dados fornecidos pelo município ao Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI, a Prefeitura Municipal de Rio Negrinho teve em 2017 uma despesa anual de R\$ 122.648.024,32, sendo que 62% das despesas correntes são com Pessoal e Encargos Sociais, o que corresponde a 55% de todas as receitas daquele ano, e somente 4% das despesas foram com investimentos e amortização de dívidas, o que aumenta a necessidade da prefeitura e da sociedade em acompanhar as despesas com pessoal, bem como a gestão do RPPS (BRASIL, 2018).

O RPPS do Município de Rio Negrinho tem por finalidade máxima dar cobertura a um conjunto de benefícios que atendam as finalidades de garantir meios de subsistência nos eventos de invalidez, acidente de serviço, idade avançada, morte e proteção à família dos servidores públicos municipais. Para garantir a administração do RPPS, fica mantido, o IPRERIO, entidade autárquica, com personalidade jurídica

de direito público interno, e detentora de autonomia financeira e administrativa (RIO NEGRINHO, 2005).

O IPRERIO administra os recursos previdenciários de 1.382 servidores ativos, e atualmente paga benefícios a 213 aposentados e 56 pensionistas, além de pagamento dos salários e encargos dos 07 servidores lotados administrativamente no órgão (RIO NEGRINHO, 2019).

Segundo a Lei Municipal nº 1.757, o custeio do RPPS será atendido pelas seguintes fontes de receitas (RIO NEGRINHO, 2005):

- Contribuições mensais do Município, incluídas suas autarquias e fundações;
- Contribuições mensais dos segurados-ativos;
- Contribuições mensais dos segurados-inativos;
- Contribuições mensais dos dependentes, desde que em gozo de benefício;
- Doações, subvenções, auxílios, legados e outras receitas eventuais;
- Receitas decorrentes de investimentos e aplicações patrimoniais;
- Receitas decorrentes do ativo imobiliário;
- Multas, juros e correção monetária, decorrentes de contribuições recebidas em atraso;
- Receitas decorrentes da compensação financeira com outros regimes previdenciários;
- Bens, direitos e ativos;
- Outros recursos consignados no orçamento do Município.

A alíquota de contribuição dos servidores ativos, inativos e pensionistas é de 11% da sua remuneração-de-contribuição, e a contribuição do Município de Rio Negrinho, de suas autarquias e fundações, é de 22% do valor global da folha de remuneração-de-contribuição dos segurados ativos. Os recursos financeiros do IPRERIO serão aplicados diretamente ou por instituição financeira especializada, atendendo às resoluções estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (RIO NEGRINHO, 2005).

De acordo com a Lei Municipal nº 1.757, são encaminhados aos segurados do RPPS e à Secretaria de Previdência Social demonstrativos, da seguinte forma (RIO NEGRINHO, 2005):

- I - aos segurados para conhecimento do demonstrativo financeiro:

- a) através da publicação dos balancetes mensais no mural do Município;
- b) através da publicação dos balanços anuais em jornal oficial do Município;
- c) através da juntada à folha de pagamento dos segurados-ativos e da folha de recebimento dos segurados-inativos e dependentes do balanço simplificado e sintetizado.

II - à Secretaria de Previdência Social, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre:

- a) demonstrativo financeiro e orçamentário da receita e despesa previdenciária desse período, conforme disposições regulamentares;
- b) informação do quantitativo de servidores ativos, inativos e pensionistas vinculados ao RPPS, no demonstrativo referente ao último bimestre do exercício.

3.2 DIAGNÓSTICO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA

Para a realização deste trabalho será adotada a Metodologia de Diagnóstico de Situações – MSD. Esta metodologia busca viabilizar uma primeira aproximação aos conceitos adotados para a gestão estratégica pública e ao conjunto de procedimentos necessários para iniciar um processo desta natureza numa instituição pública, de governo (DAGNINO, 2014).

O diagnóstico inicial de problemas que conforma uma situação-problema, a ser enfrentada por um ator, pode ser visto como o resultado do jogo realizado, segundo a capacidade de agir sobre ele, sendo o elemento central a produção de um quadro que identifique e relacione entre si, os problemas mais relevantes associados a uma dada instituição (DAGNINO, 2014).

Neste trabalho, o modelo de investigação utilizado considerou relatórios fiscais e financeiros, bem como informações de natureza qualitativa que, em princípio, são mais facilmente compreendidas pelos servidores e também pelos cidadãos interessados, ou seja, os atores sociais envolvidos na situação-problema.

A coleta de dados, utilizada para o diagnóstico inicial da situação-problema apresentado no quadro 1, incluiu o levantamento das informações do município, do IPRERIO e serviços disponíveis nos portais eletrônicos, bem como as informações do IBGE e do SICONFI. A coleta de dados foi realizada nos meses de dezembro de 2018

e janeiro de 2019. Para identificação dos endereços eletrônicos do município foi utilizada a plataforma de busca on-line do Google (www.google.com.br).

QUADRO 1 - DIAGNÓSTICO INICIAL DE PROBLEMAS

Problema	O porquê do problema	Como resolvê-lo
Indisponibilidade de informações atualizadas sobre novos beneficiários, saldos em contas correntes, aplicações financeiras, evolução patrimonial e liquidez das operações	Falta de pessoal e/ou falta de treinamento para atualização e disponibilização das informações. Informações dispersas em vários sítios dificultando transparência e entendimento.	Contratação de profissionais e/ou readequação das rotinas de trabalho. Elaboração de boletim informativo sintetizando as informações.
Dificuldade de interpretação dos balancetes financeiros pelos atores sociais	Documentos elaborados com finalidade de atender a legislação, porém em linguagem técnica. Informações dispersas em vários sítios dificultando transparência e entendimento.	Elaboração de boletim informativo contemplando informações financeiras com fácil linguagem pelos atores sociais
Dificuldade de interpretação do relatório analítico de investimentos	Documentos elaborados com finalidade de atender a legislação, porém em linguagem técnica. Informações dispersas em vários sítios dificultando transparência e entendimento.	Elaboração de boletim informativo contemplando informações financeiras com fácil linguagem pelos atores sociais

Fonte: O autor (2019)

A partir do diagnóstico inicial de problemas (QUADRO 1) é apresentado um fluxograma explicativo para a situação-problema (FIGURA 1). Neste fluxograma explicativo dois problemas foram agrupados por se tratar de resolução semelhante: dificuldade de interpretação dos balancetes financeiros pelos atores sociais e dificuldade de interpretação do relatório analítico de investimentos.

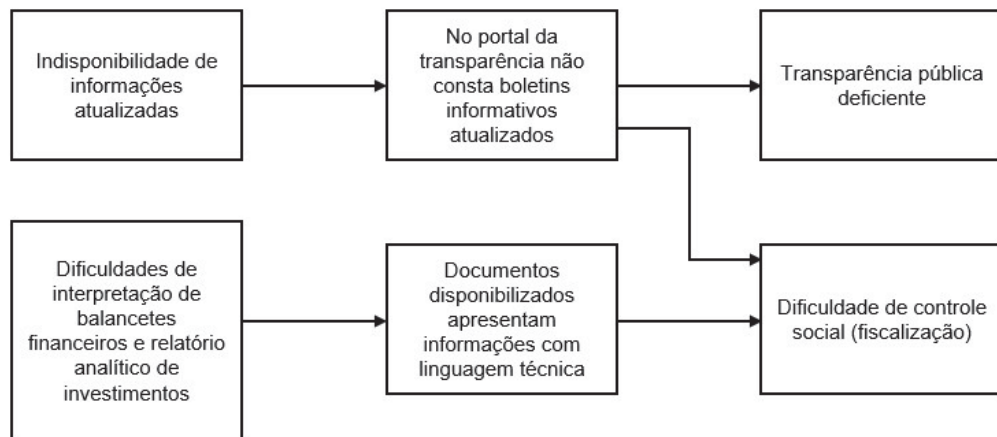


FIGURA 1- FLUXOGRAMA EXPLICATIVO PARA A SITUAÇÃO-PROBLEMA
Fonte: O autor (2019)

Analisando a figura 1, e segundo Dagnino (2014), podemos identificar que os nós explicativos do fluxograma sobre os quais pode-se atuar com eficácia prática podem ser denominados de nós críticos.

Os nós críticos selecionados indicam os centros onde se deve dar a ação da gestão sobre a situação e a aplicação da MPS. Com a seleção dos nós críticos de uma situação-problema, o diagnóstico está concluído (DAGNINO, 2014).

Esta seleção de nós críticos deve-se ao fato de que o IPRERIO é obrigado a prestar contas dos seus atos perante a sociedade de forma clara e concisa, permitindo que a população acompanhe onde os gestores estão investindo os recursos, bem como opinar e questionar determinadas ações (FREIRE, et al., 2016).

A análise dos portais a partir do modelo de investigação proposto foi feita seguindo o seguinte procedimento: ao acessar o endereço eletrônico, o conteúdo era acessado a partir do mapa do sítio, ou a partir dos links existentes na página principal, ou eram buscadas por meio do serviço de busca, disponibilizado no sítio.

Com relação aos Boletins Informativos, o IPRERIO produziu três edições, referentes ao período de janeiro a agosto de 2016 (ANEXO 1), contendo informações de novos beneficiários, saldos em contas correntes, aplicações financeiras, evolução patrimonial e liquidez das operações, porém foi descontinuada no portal eletrônico. Quanto aos balancetes financeiros, cumprem com a sua obrigação legal e são apresentados mensalmente, com defasagem média de 2 meses, porém em linguagem predominantemente técnica e não-acessível à maioria dos servidores e população em geral.

Com relação às informações repassadas à Previdência Social, cuja obrigação era dos institutos de previdência, referente ao envio das demonstrações e balancetes contábeis referente aos exercícios até 2018 era através do Sistema de Informações dos Regimes Públicos de Previdência Social – CADPREV-Web. A partir do exercício de 2019 o CADPREV-Web não receberá mais as demonstrações e balancetes contábeis dos institutos de previdência, e passará a ser exigido dos municípios o envio mensal das Matrizes de Saldos Contábeis – MSC, via SICONFI (BRASIL, 2019).

Caso não seja enviado em tempo hábil, o município estará impedido de emitir novo Certificado de Regularidade Previdenciária – CRP. Tal situação impossibilita que o município receba repasses e investimentos da União, por exemplo.

Quanto aos investimentos do fundo, o sítio do IPRERIO apresenta relatório analítico de investimentos de fevereiro de 2017 a fevereiro de 2018, e de abril a novembro de 2018, finalizando este último período com saldo de R\$ 121.073.707,55, com crescimento de 8,44% nos últimos 12 meses (IPRERIO, 2019).

Ao localizar as informações financeiras do IPRERIO, verifica-se além de estarem em uma linguagem técnica, própria para profissionais do ramo financeiro ou contábil, estavam dispersas em diversos lugares no sítio, ou seja, não estão acessíveis a todos os servidores, com termos como: receita ordinária, receita vinculada, despesa ordinária, despesa vinculada, restos a pagar, entre outros, como pode ser observado na figura 2.

Como os dados coletados estavam em linguagem técnica foi necessário elaborar a tabela 1, para tornar a leitura e análise dos dados mais simples e objetiva. Esta tabela apresenta o demonstrativo de receitas orçadas e arrecadadas no ano de 2017. Os dados para composição destes elementos foram obtidos no portal da transparência do município (RIO NEGRINHO, 2019).



IPRERIO-INSTITUTO DE PREVIDENCIA DE RIO NEGRINHO
Prestação de Contas
Balancete Financeiro
Período de Referência: Novembro / 2018

Pág 1 / 2

BALANÇO FINANCEIRO		
INGRESSOS		
	Nota	Exercício Atual
Receita Orçamentária (I)		1.048.288,41
Ordinária		0,00
Vinculada		1.048.288,41
Transferências Financeiras Recebidas (II)		0,00
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		0,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)		104.502,07
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		(5.041,79)
Inscrição de Restos a Pagar Processados		(3.904,02)
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		113.447,88
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00
Saldo em Espécie do Exercício Anterior (IV)		125.643.410,02
Caixa e Equivalentes de Caixa		1.367.026,18
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		124.276.383,84
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		126.796.200,50
DISPÊNDIOS		
	Nota	Exercício Atual
Despesa Orçamentária (VI)		669.378,41
Ordinária		0,00
Vinculada		669.378,41
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		0,00
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		0,00
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		114.442,64
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		0,00
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		114.442,64
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00
Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (IX)		126.012.379,45
Caixa e Equivalentes de Caixa		1.370.376,39
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto prazo		124.642.003,06
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		126.796.200,50

FIGURA 2- CONTEÚDO PARCIAL DE UMA PRESTAÇÃO DE CONTAS
Fonte: IPRERIO, 2018

TABELA 1 - COMPARATIVO DE VALORES ORÇADOS E ARRECADADOS DE RECEITA DO
IPRERIO – 2017

Descrição da receita	Valor orçado (R\$)	Participação no orçado	Valor arrecadado (R\$)	Participação no arrecadado
Contribuição Patronal	7.726.000,00	47,41%	5.736.909,37	26,56%
Contribuição dos Servidores Ativos	3.400.000,00	20,87%	4.059.304,78	18,79%
Remuneração de Aplicações Financeiras	5.000.000,00	30,68%	11.183.241,38	51,78%
Outras Receitas	169.000,00	1,04%	618.725,52	2,86%
TOTAL	16.295.000,00	100%	21.598.181,05	100%

Fonte: O autor (2019)

As informações apresentadas na tabela 1, facilitam a percepção dos servidores de que o IPRERIO arrecadou mais do que o previsto em 2017, e que esta diferença se deu em função dos rendimentos das aplicações financeiras serem muito superiores ao orçado, compensando até o fato de que naquele ano a contribuição patronal ocorreu abaixo do esperado.

Além das informações quanto as receitas, no portal da transparência (RIO NEGRINHO, 2019), foi possível identificar as despesas ocorridas no ano de 2017, conforme apresentadas na tabela 2.

TABELA 2 - DISTRIBUIÇÃO DAS DESPESAS DO IPRERIO – 2017

Elemento	Participação	Pago (R\$)
1. APOSENTADORIAS E PENSÕES	86,35%	6.205.602,95
Aposentadorias e reformas	69,91%	5.024.195,74
Pensões	16,44%	1.181.407,21
2. DESPESAS COM PESSOAL	6,93%	497.786,98
Contratação por tempo determinado	1,59%	114.012,32
Outros benefícios previdenciários	0,02%	1.491,36
Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	4,35%	312.788,15
Obrigações patronais	0,63%	45.606,41
Diárias – civil	0,19%	13.462,14
Auxílio-alimentação	0,15%	10.426,60
3. OUTRAS DESPESAS	6,72%	483.190,03
Material de consumo	0,19%	13.813,01
Passagens e despesas com locomoção	0,16%	11.626,73
Outros serviços de terceiros - pessoa física	1,67%	119.801,91
Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	2,15%	154.595,92
Obrigações tributárias e contributivas	2,23%	160.617,14
Equipamentos e material permanente	0,32%	22.735,32
TOTAL		7.186.579,96

Fonte: O autor (2019)

Analisando os dados das tabelas 1 e 2, percebe-se que em 2017 o somatório das contribuições patronais e as contribuições dos servidores ativos foi bem superior aos valores pagos em aposentadorias e pensões, o que indica uma boa perspectiva de fluxo de novos recursos para este fundo no médio prazo. Além disso, observa-se

na tabela 2 que 86,35% das despesas do IPRERIO são com o pagamento de benefícios, sendo que as demais despesas respondem com menos de 15% do total, o que indica boa eficiência administrativa.

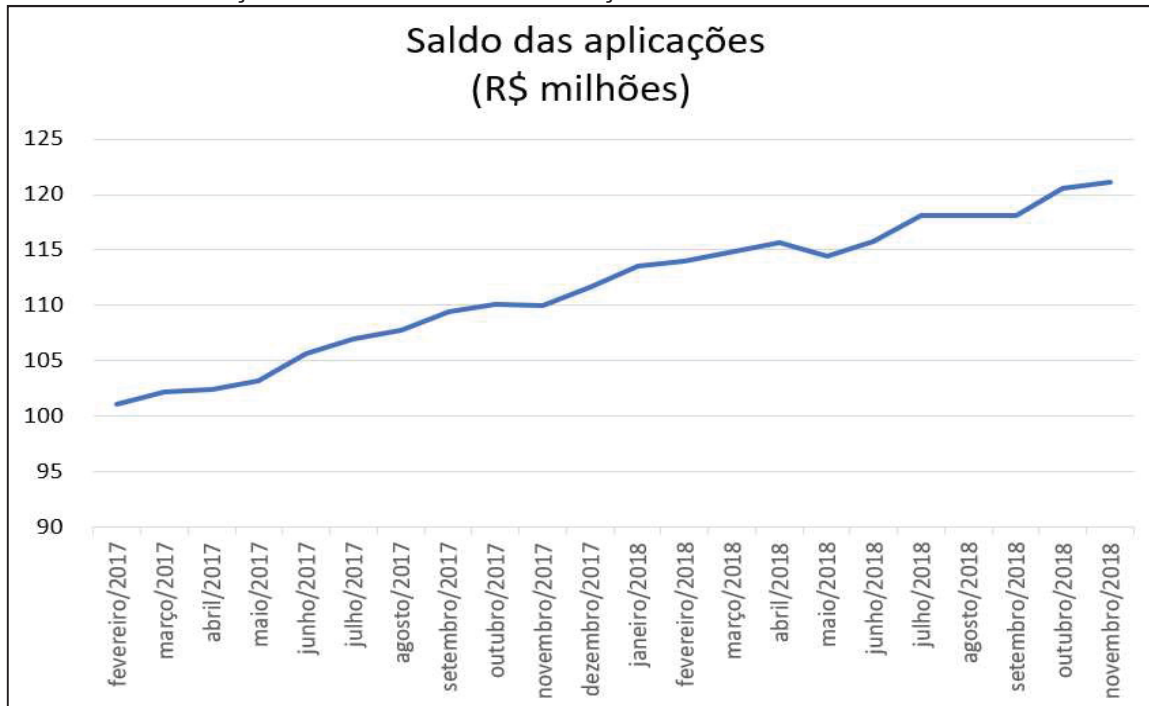
Além das informações de receitas e despesas, entende-se como importante a evolução dos saldos das aplicações financeiras do IPRERIO, e com este objetivo elaborou-se a tabela 3 e o gráfico 1, a partir do Relatório Analítico dos Investimentos, no período de fevereiro de 2017 a novembro de 2018 (IPRERIO, 2019).

TABELA 3 - EVOLUÇÃO DO SALDO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS DO IPRERIO – 2017/2018

Mês	Saldo das aplicações (R\$ milhões)
fevereiro/2017	101,11
março/2017	102,15
abril/2017	102,40
maio/2017	103,15
junho/2017	105,59
julho/2017	107,00
agosto/2017	107,74
setembro/2017	109,46
outubro/2017	110,15
novembro/2017	109,94
dezembro/2017	111,65
janeiro/2018	113,54
fevereiro/2018	113,95
abril/2018	115,66
maio/2018	114,48
junho/2018	115,78
julho/2018	118,09
agosto/2018	118,16
setembro/2018	118,16
outubro/2018	120,54
novembro/2018	121,07

Fonte: O autor (2019)

GRÁFICO 1 - EVOLUÇÃO DO SALDO DAS APLICAÇÕES FINANCEIRAS DO IPRERIO – 2017/2018



Fonte: O autor (2019)

Analisando as informações da tabela 3, pode-se verificar um aumento de quase R\$ 20 milhões no saldo das aplicações financeiras do IPRERIO no período de fevereiro de 2017 a novembro de 2018, e o gráfico 1 mostra uma evolução de saldo quase que crescente, embora com algumas pequenas quedas detectadas.

4 PROPOSTA TÉCNICA PARA SOLUÇÃO DA SITUAÇÃO-PROBLEMA

O capítulo 3 apresentou a descrição da organização e o diagnóstico da situação-problema. O presente capítulo irá abordar a proposta técnica para solução da situação-problema, descrevendo recursos e resultados esperados da sua implantação.

4.1 PROPOSTA DE BOLETIM INFORMATIVO

Após o diagnóstico e descrição da situação-problema conclui-se que as informações referentes as receitas, despesas e investimentos são importantes para os servidores e gestores do IPRERIO, pois em um cenário onde será crescente o número de servidores públicos aposentados, haverá aumento das despesas mensais, sendo necessário uma boa gestão dos recursos financeiros do IPRERIO para pagamento dos benefícios no futuro.

A MPS irá utilizar as informações obtidas na MDS. Este planejamento implicará na identificação e disponibilização dos meios necessários para a efetivação do plano (DAGNINO, 2014).

Da mesma forma que a MDS se dedica a elucidar os momentos descritivo e explicativo do tratamento de uma situação-problema, a MPS o faz em relação ao momento normativo (DAGNINO, 2014). O planejamento das ações para a situação-problema identificada pela MDS está apresentado no quadro 2.

Diante deste cenário e tendo em vista que as informações foram de difícil acesso, leitura e interpretação, sugere-se que o IPRERIO sintetize as informações principais em um boletim informativo mensal, com informações atualizadas das receitas, despesas e investimentos. Assim, propõe-se um modelo de boletim informativo conforme consta no APÊNDICE 1.

QUADRO 2 - PLANEJAMENTO DE SITUAÇÕES PARA A IPRERIO

Descrição do Problema	Os atores sociais (servidores aposentados, pensionistas, cidadãos) julgam que as informações não estão atualizadas, são de difícil acesso e difícil compreensão
Resultado esperado	Informação atualizada, fácil interpretação e fácil acesso (transparência pública)
Recurso utilizado	Financeiros Gerenciais Humanos
Prazo	Mensal
Atores sociais	Gestor e funcionários do IPRERIO Prefeito Aposentados e pensionistas Cidadãos
Monitoramento	Solicitar ao setor responsável as informações financeiras sobre despesas, receitas e investimentos.
Riscos	Não apresentação das informações mensais. Não divulgação do boletim informativo
Medidas preventivas-correctivas	Disponibilizar as informações atualizadas. Facilitar o acesso das informações (transparência).

Fonte: O autor (2019)

O princípio da transparência é considerado fator fundamental para o efetivo desenvolvimento das democracias modernas, uma vez que possibilita o acesso às informações por parte da população, permitindo a participação dos mesmos no controle da gestão pública (FREIRE, et al. 2016).

No entanto, ressalta-se que dar publicidade não significa necessariamente ser transparente. É necessário que as informações disponibilizadas sejam capazes de comunicar o real sentido que expressam, de modo a não parecerem enganosas (CRUZ, et al., 2011).

Este boletim proposto, com linguagem simples, possibilitará melhor entendimento e acompanhamento das receitas, despesas e investimentos do IPRERIO por qualquer cidadão interessado. Sugere-se que este boletim seja disponibilizado no sítio da IPRERIO ou sítio da prefeitura municipal, possibilitando fácil acesso a informação e transparência na gestão e com isso, atendendo aos dispositivos legais.

5 CONCLUSÃO

O capítulo 4 apresentou a proposta técnica para solução da situação problema, descrevendo recursos e resultados esperados da sua implantação. O presente capítulo apresenta as considerações finais quanto ao entendimento dos objetivos deste projeto técnico e finaliza sugerindo trabalhos futuros.

5.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS DA PROPOSTA DO PROJETO TÉCNICO

O presente projeto técnico teve como proposta inicial verificar como estão sendo disponibilizados os dados referentes às receitas, despesas e investimentos do RPPS do município de Rio Negrinho/SC, cujo objetivo principal de proporcionar maior transparência e controle social das operações financeiras relacionadas ao RPPS.

Para atingir o objetivo principal deste projeto técnico, os objetivos específicos foram desenvolvidos da seguinte forma:

- a) Diagnosticar os atuais canais de publicização com informações referentes às operações financeiras e contábeis do IPRERIO.

Para verificar se o município de Rio Negrinho está cumprindo a Lei complementar 131/09 foi feita a análise das informações contidas no Portal da Transparência, sítio da prefeitura municipal e sítio do IPRERIO, averiguando o tipo de informação publicada e a periodicidade da atualização da informação.

Verificou-se o que o município de Rio Negrinho possui os seguintes portais eletrônicos de informação e transparência, de acesso público, com informações sobre o RPPS, em que é possível a sociedade acompanhar e fiscalizar a gestão fiscal municipal quanto ao RPPS:

- Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI.
https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/declaracao/declaracao_list.jsf
- Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Rio Negrinho - IPRERIO: <http://www.iprerio.sc.gov.br/relatorio-financeiro>

- Portal da Transparência da Prefeitura Municipal de Rio Negrinho:
<https://rionegrinho.atende.net/?pg=transparencia#!/>

Contudo, verificou-se que ainda há carência de informações úteis para o acompanhamento e fiscalização por parte da sociedade, pois as informações disponibilizadas nos portais eletrônicos estão incompletas, não estão atualizadas ou são de difícil entendimento, ou seja, linguagem técnica.

- b) Dar maior transparência e visibilidade às operações financeiras e contábeis do IPRERIO.
- c) Propor alternativas para o aprimoramento dos canais de publicização (Portal da Transparência e/ou Boletins Periódicos) das informações relativas às operações financeiras e contábeis do IPRERIO.

A transparência é mais um mecanismo indutor que os gestores públicos podem se utilizar e permite que a sociedade, com informações, colabore com o controle das ações de seus governantes, no intuito de checar se os recursos públicos estão sendo usados como deveriam (FURLAN, 2014).

No entanto, ressalta-se que dar publicidade não significa necessariamente ser transparente. É necessário que as informações disponibilizadas sejam capazes de comunicar o real sentido que expressam, de modo a não parecerem enganosas (CRUZ, et al., 2011).

Assim, em resposta aos objetivos (b) e (c), o presente trabalho propôs um modelo de boletim informativo (APÊNDICE 1) com linguagem simples para melhor entendimento e acompanhamento das receitas, despesas e investimentos do IPRERIO por qualquer cidadão interessado. Sugere-se que este boletim seja disponibilizado mensalmente no sítio da IPRERIO ou sítio da prefeitura municipal, possibilitando fácil acesso a informação e transparência na gestão e com isso, atendendo aos dispositivos legais.

5.2 SUGESTÃO DE TRABALHOS FUTUROS

Durante o desenvolvimento do projeto técnico foram abordados alguns pontos que poderão ser futuramente explorados. Sendo assim, pode-se enumerar algumas recomendações para trabalhos futuros:

- a) Aplicar o modelo de boletim informativo proposto e avaliar sua aplicação;
- b) Avaliar o nível de satisfação dos atores sociais devido a implantação de um boletim informativo;
- c) Elaborar outras formas para facilitar a transparência pública dos recursos financeiros administrados pelos RPPS.

REFERÊNCIAS

AMAZONAS. **Programa de capacitação dos jurisdicionados – PCJAM: Curso de Gestão dos Regimes Próprios de Previdência**. Manaus: Escola de Contas Públicas/Tribunal de Contas, s/d. Disponível em: <http://ecp.tce.am.gov.br/ecp/?wpfb_dl=35>. Acesso em: 04 out. 2018.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 05 de outubro de 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao_compilado.htm>. Acesso em: 06 jan. 2019.

_____. Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998. **Modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Emendas/Emc/emc20.htm>. Acesso em: 06 jan. 2019.

_____. Lei nº 9.717, de 27 de novembro de 1998. **Dispõe sobre regras gerais para a organização e o funcionamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, dos militares dos Estados e do Distrito Federal e dá outras providências**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L9717.htm>. Acesso em: 22 dez. 2018.

_____. Ministério da Economia. Secretaria de Previdência. **Contabilidade – RPPS**. Brasília, 2019. Disponível em: <<http://www.previdencia.gov.br/regimes-proprios/demonstrativos-rpps/contabilidade-rpps/>>. Acesso em: 19 jan. 2019.

_____. **Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro – SICONFI**. Brasília, 2019. Disponível em: <https://siconfi.tesouro.gov.br/siconfi/pages/public/declaracao/declaracao_list.jsf>. Acesso em: 29 dez. 2018.

CRUZ, C. F. et al. Transparência da gestão pública municipal: um estudo a partir dos portais eletrônicos dos maiores municípios brasileiros. **RAP - Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro 46(1):153-76, jan./fev. 2012.

DAGNINO, R. P. **Planejamento Estratégico Governamental**. 3. ed. rev. atual. Florianópolis: Departamento de Ciências da Administração / UFSC; Brasília: CAPES: UAB, 2014.

FILHO, G. A. L.; COLARES, A. F. V.; ANDRADE, I. C. F. Transparência da Gestão Fiscal Pública: um Estudo a Partir dos Portais Eletrônicos dos Maiores Municípios do Estado de Minas Gerais. **Revista Contabilidade Vista & Revista**, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 26, n. 2, p. 114-136, maio/ago. 2015.

FREIRE, R. de S.; SOARES, L. A. G.; LIRA, A. M. R. Uma Análise da Transparência Pública na Gestão de Risco em Institutos de Previdência Municipais da Paraíba. In: SIMPCONT – Simpósio de Controladoria da UFRPE, 23., 2016. **Anais...** Recife: Programa de Pós-Graduação em Controladoria (PPGC) da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), 2016.

FURLAN, K. G. M. **Implantação do portal da transparência na Câmara Municipal de Paranaguá**. 30f. Projeto Técnico (Pós-Graduação Lato Sensu em Gestão Pública), Universidade Federal do Paraná, Paranaguá, 2014.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Rio Negrinho – Cidades e Estados**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/sc/rio-negrinho.html>>. Acesso em: 06 jan. 2019.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO - IPRERIO. **Relatório Financeiro**. Disponível em: <<http://www.iprerio.sc.gov.br/relatorio-financeiro>>. Acesso em: 07 jan. 2019.

MELO, L. A. de; LIMA, M. R. dos S.; CABRAL, R. M. Prestações de Contas dos Órgãos Públicos de Previdência Municipal do Estado de Pernambuco – Um Estudo sobre as Irregularidades Encontradas pelo TCE-PE no Período de 2008 a 2009. In: Encontro Brasileiro de Administração Pública (4.: 2017: João Pessoa, Brasil). A construção da administração pública no século XXI. PEREIRA, D. B.; VIEIRA, J. B. (Orgs.). **Anais Eletrônico do IV Encontro Brasileiro de Administração Pública**, João Pessoa: Sociedade Brasileira de Administração Pública – SBAP, 2017. p. 1154-1169.

REIS, E. dos. **A gestão pública dos regimes próprios de previdência Social**. 68f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Pública) – Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

RIO NEGRINHO. Lei nº 1.757, de 22 de novembro de 2005. **Dispõe sobre a reestruturação do Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Rio Negrinho - SC e dá outras providências**. Disponível em: <www.iprerio.sc.gov.br/download.php?id=3>. Acesso em: 29 dez. 2018.

_____. **Portal da Transparência**. Disponível em: <<https://rionegrinho.atende.net/?pg=transparencia#!/>>. Acesso em: 07 jan. 2019.

_____. Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico e Turismo. **Projeto Rio Negrinho em números**. Rio Negrinho, 2015. Disponível em: <www.rionegrinho.sc.gov.br/download.php?id=3549>. Acesso em: 29 dez. 2018.

SACILOTO, E. C. **Regime Próprio de Previdência Social de Nova Esperança do Sul-RS**. 57f. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Gestão Pública) – Escola de Administração, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012.

SANTOS, C. S. **Introdução a gestão pública**. 2ª ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

SANTOS, J. R. M. dos. **Portal de transparência e boletim de informações dos Regimes Próprios de Previdência Social RPPS**. 26f. Monografia (Especialização em Gestão Pública) – Escola nacional de Administração Pública, Brasília, 2016.

SOARES, J. J. M. X. L. D. **O comportamento da arrecadação do IPTU, ISS e ITBI do município de São José dos Pinhais/PR nos exercícios de 2013 e 2014 visando maior transparência e acessibilidade das informações**. 32f. Trabalho de Conclusão de Curso (Pós Graduação Lato Sensu em Gestão Pública Municipal), Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.

APÊNDICE 1 – MODELO DE BOLETIM INFORMATIVO

LOGOMARCA DO ÓRGÃO	BOLETIM INFORMATIVO
--------------------	----------------------------

X Edição – Local/Data

<p>O INSTITUTO parabeniza os novos servidores aposentados do período de MÊS XXX a MÊS XXX:</p> <p>MÊS XXX:</p> <ul style="list-style-type: none"> Nome do Servidor Motivo da Aposentadoria ou Pensão <p>MÊS XXX:</p> <ul style="list-style-type: none"> Nome do Servidor Motivo da Aposentadoria ou Pensão <p>MÊS XXX:</p> <ul style="list-style-type: none"> Nome do Servidor Motivo da Aposentadoria ou Pensão 	Arrecadação do INSTITUTO no período de MÊS XXX a MÊS XXX:			Despesas do INSTITUTO no período de MÊS XXX a MÊS XXX:		
	Descrição da receita	Valor arrecadado	Percentual arrecadado	Descrição da despesa	Valor pago	Percentual pago
	Contribuição Patronal	R\$ XXX.XXX,00	XX,XX%	Aposentadorias	R\$ XXX.XXX,00	XX,XX%
	Contribuição dos Servidores	R\$ XXX.XXX,00	XX,XX%	Pensões	R\$ XXX.XXX,00	XX,XX%
	Aplicações Financeiras	R\$ XXX.XXX,00	XX,XX%	Despesas com Pessoal	R\$ XXX.XXX,00	XX,XX%
	Outras Receitas	R\$ XXX.XXX,00	XX,XX%	Outras Despesas	R\$ XXX.XXX,00	XX,XX%
	TOTAL	R\$ XXX.XXX,00	XX,XX%	TOTAL	R\$ XXX.XXX,00	XX,XX%
Receitas Arrecadadas 			Distribuição das Despesas 			

Notícias:

- Notícias importantes aos servidores;
- Notícias sobre economia (Inflação, endividamento público, PIB, Câmbio, Taxa Selic, Bolsa de Valores e outros assuntos importantes no período);
- Desempenho e informações dos fundos da carteira;

Desempenho da Carteira de Investimentos (12 últimos meses) 	Estudo de Liquidez (Mês XXX)	
	Até 5 dias	R\$ XX.XXX.XXX,XX
	Entre 6 e 365 dias	R\$ XX.XXX.XXX,XX
	Ano XXXX	R\$ XX.XXX.XXX,XX
	Ano XXXX	R\$ XX.XXX.XXX,XX
	Ano XXXX	R\$ XX.XXX.XXX,XX
	Ano XXXX	R\$ XX.XXX.XXX,XX
	Ano XXXX	R\$ XX.XXX.XXX,XX
	Indeterminado	R\$ XX.XXX.XXX,XX
	Caixa	R\$ XX.XXX.XXX,XX
	TOTAL	R\$ XX.XXX.XXX,XX

Nome do Instituto / Endereço / Telefones / Horário de atendimento

ANEXO 1 – BOLETIM INFORMATIVO IPRERIO AGOSTO/2016

INFORMATIVO IPRERIO

5ª Edição agosto de 2016.

IPRERIO PARABENIZA OS SERVIDORES APOSENTADOS DOS MESES DE JULHO E AGOSTO 2016.**JULHO/2016****APOSENTADOS:**

ALICE FROHNER - TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO
EZILDA SAU DE SOUZA - TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO
ILAIR ALICE M. GUISSO - TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO
RAQUEL AUDELI B. FUNK - TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO
TEREZINHA MESQUITA - IDADE

AGOSTO/2016**APOSENTADOS:**

LUCIMAR APARECIDA V. ALVES - TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO

PENSIONISTAS:

GABRIELLE WILLY DE CARVALHO
JEAN TANDLER DE CARVALHO



ANEXO 1 – BOLETIM INFORMATIVO IPRERIO AGOSTO/2016 (continuação)

SALDO FINANCEIRO AGOSTO/2016

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO
INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE RIO NEGRINHO - IPRERIO

Rio Negrinho, 22 de setembro de 2016.

Do: CÔMITE DE INVESTIMENTO

Ao: Conselho Administrativo do IPRERIO

Ref.: Plano de Aplicação Financeira dos recursos do IPRERIO conforme resolução 001/2012 de 03 de agosto de 2012.

Prezados Conselheiros,

Nos termos de suas atribuições legais, submetemos a apreciação e deliberação deste Conselho Administrativo, o Plano de Aplicação Financeira dos recursos do IPRERIO, na forma posteriormente descrita.

Saldo Financeiros - situação em 31/08/2016

Fundo de Investimentos	Valor - R\$
CAIXA FI BRASIL IRFM 1 TP LP C/C 22-5	1.586.244,86
CONTA - CONTA CUSTEIO X APLICAÇÃO 45-4	212.689,19
CONTA - CONTA PREV.X APLICAÇÃO 44-6	1.161.487,65
FI CAIXA BRASIL IMA 9 5+TP LP	6.115.791,82
CONTA - APOORTE FINANCEIRO 7B	622.691,12
FI BRASIL 2018 1 TP RF	8.735.051,00
CAIXA FI BRASIL IPCA XVI-84-6	1.231.106,00
CAIXA FI BRASIL IRFM 1 TP LP c/c 17-9	6.338.725,93
FI CAIXA BRASIL IMA 9 TP LP	11.118.351,26
CAIXA ECONÔMICA FEDERAL	32.137.338,83
Santander FI INX BARCELONA RF	3.994.105,67
BB Prev RF PERFIL	4.264.656,38
BB PREV. TP IPCA II	4.696.274,09
BB RF IMA 9 5 LP FC	8.171.170,28
BANCO DO BRASIL	17.132.056,75
Banrisul Prev. Municipal IRF RF Credito Privado LP	3.456.034,16
Itau Institucional Renda Fixa Inflação Fic FI	2.602.830,58
Itau RPI Ação Dovevga FICFI	428.863,80
Fundo de Investimento Multimercado Sculptor Credit	3.701.497,92
Fundo de Investimento Illuminati FIDC	1.324.624,83
SANTOS CREDIT YIELD e MASTER	1.014.585,50
Bradesco FI referenciado Di Premium	2.781.107,53
Bradesco Institucional Fic FI RF IMA B S	3.915.827,41
Fundo de Investimento Singapore FI RENDA FIXA	5.816.844,07
Atico Geração de Energia FIP	1.863.587,33
Atico FIC FIP FLORESTAL	1.304.776,92
Atico FIP Gestão Empresarial	978.822,02
Atico Renda FI imobiliario	1.177.769,31
São Domingos Fundo de Investimento Imobiliario-FII	1.928.322,70
FI RF MONTE CARLOS INSTITUCIONAL IMA 9	1.561.072,73
FIDC MULTISSETORIAL BVA MASTER III	19.005,38
FIDC MULTISSETORIAL BVA ITALIA	80.557,27
GENUS INSTITUCIONAL VALUJE FIA	1.535.303,63
GERAÇÃO FUTURO DIVIDENDOS FIA	1.480.160,09
TOTAL DE RECURSOS	94.478.588,50

IPRERIO - RUA LUIZ SCHOLZ N°337 esquina com MARIA SCHOLZ CENTRO CEP -89295-000
FONE/FAX 47 3644-5053 E-mail iprerio@iprerio.sc.gov.br CNPJ 03.838.193/0001-42 www.iprerio.sc.gov.br

Informativo elaborado por servidores do IPRERIO.